

As recentes transformações geradas pelas amplas possibilidades de comunicação em tempo real teriam acarretado, na opinião de alguns, o fim da crítica à Indústria Cultural. A tão propalada democratização da informação, ampliada pela possibilidade de acessar gratuitamente à Internet, passa a *impressão* de que por aí seriam resolvidos problemas advindos da marginalização e exclusão cultural e social.

Tal impressão, porém, gerada pelo *boom* das novas tecnologias da comunicação, não resiste a uma indagação mais apurada. Sabe-se, por exemplo, que o uso da Internet restringe-se a menos de 5% da população brasileira. Porém, mesmo que essa porcentagem aumente, isto daria respeito somente a uma certa democratização quantitativa já observada na utilização de outros meios de comunicação. O Brasil está entre os países com maior quantidade *per capita* de aparelhos de televisão. O número de telefones vem crescendo aceleradamente. O sistema bancário se informatiza facilitando as transações financeiras. Mas será que tudo isso vem gerando uma maior equidade?

A resposta é dada pelas últimas estatísticas que classificam o Brasil entre os piores países (se não o pior) quando se trata de medir a distribuição da renda gerada. Parece que o incremento da informática e das comunicações não tem contribuído para diminuir a exclusão social, econômica e cultural. Além disso, as maiores possibilidades geradas pelo “progresso” dos meios de comunicação nem mesmo contribuem para se pensar, criar e organizar novas formas de produção e distribuição de riqueza material e simbólica, uma vez que, apropriadas pela indústria cultural, ampliam as possibilidades de ganhos para esta última, promovendo apenas um “verniz” pretensamente democrático nas relações sociais.

A subsunção induzida dos indivíduos, órgãos e instituições no fortalecimento da sociedade de consumo e, conseqüentemente, na mudança de valores e práticas socioculturais, em grande parte promovida pela mídia, no chamado “mundo globalizado” requer de nossa parte atenção para que não nos deixemos levar pelas ilusões criadas para nos confundir e seduzir.

Nesta direção, os questionamentos e reflexões dos autores presentes nessa publicação pretendem mostrar que as discussões sobre as influências e determinações da Indústria Cultural na sociedade e, conseqüentemente, na educação, ainda estão longe de serem dadas por encerradas.

No primeiro artigo, *Sobre a atualidade do conceito de Indústria Cultural*, Antonio A. S. Zuin mostra a atualidade e a pertinência das discussões sobre a Indústria Cultural. A preocupação central de Zuin, neste artigo, é com a semiformação decorrente das novas relações estabelecidas a partir da mídia e sua universalização, na qual a educação desempenha um papel fundamental. A superação destas relações, tanto pela resistência à perda da individualidade quanto pelo desenvolvimento de uma educação crítica, é o desafio posto pelo autor.

Na mesma direção, Newton Ramos-de-Oliveira, em *Do ato de ensinar numa sociedade administrada*, analisa, a partir de conceitos da Teoria Crítica, a constante tensão entre as necessidades de mudanças e, ao mesmo tempo, de adaptação do ser humano. Refletir sobre estas tensões e seu aprofundamento pela Indústria Cultural é tarefa primeira que se impõe àqueles que pretendem uma educação crítica.

A produção e a reprodução da cultura em um processo industrial são analisadas por Carlos Eduardo A. Miranda, em *Uma educação do olho – As imagens na sociedade urbana, industrial e de mercado*. A circulação industrial de imagens e sons em movimento – cinema, TV, vídeo, redes, entre outros – é entendida pelo autor como parte de um programa de educação visual, cujas origens históricas antecedem o atual desenvolvimento industrial e que, contemporaneamente, assumem características peculiares devido à crescente incorporação de novas tecnologias. Para ele, há uma revalorização da racionalidade instrumental e do pensamento “cartesiano”, educando o olho a ver o homem e o mundo conforme as possibilidades e os limites destas formas de representação da realidade. A junção destas imagens no processo de escolarização, na ausência de uma atitude crítica em relação aos seus processos de produção e circulação e sem o conhecimento histórico de suas origens, incorpora a escola, de forma conservadora, no programa de educação visual acima referido e educa, de forma alienada, o olho a ver a realidade.

O artigo de João Augusto Gentilini, *Comunicação, cultura e gestão educacional*, leva a discussão da Indústria Cultural para o campo da administração em geral e da gestão educacional. A partir de categorias analíticas sugeridas pelos filósofos da Escola de Frankfurt, discute o conceito de racionalidade, predominante na sociedade industrial, e faz proposições para a criação de um outro modelo de gestão. Este teria uma outra visão da organização, da comunicação, do poder e da autoridade, não mais sob a ótica da racionalidade técnica e instrumental, mas sob os pressupostos da racionalidade comunicativa.

Trazendo a discussão para o contexto brasileiro, em *Indústria Cultural: Algumas determinações políticas, culturais e sociais na educação* procuro refletir sobre a pretensa democratização dos meios de comunicação de massa que, uma vez apropriados pela Indústria Cultural, acabam por aumentar a marginalização e exclusão sociais. Tais conseqüências podem se estabelecer, também, na educação se a instalação das novas tecnologias nas escolas não for acompanhada por uma mudança dos objetivos educacionais, visando a uma formação emancipadora.

Partindo para a análise das relações e influências da Indústria Cultural na educação e na escola, os três trabalhos finais apresentam algumas preocupações que estão sendo objeto de pesquisa de participantes do Grupo de Estudos e Pesquisas: Indústria Cultural e Educação (Gepice). Estes trabalhos não se constituem propriamente em artigos em sentido estrito, mas pretendem focalizar alguns aspectos da dominação da Indústria Cultural presentes nas escolas.

No primeiro, *A Indústria Cultural invade a escola brasileira*, Eliziana M. O. Medrano e Lucy Mary S. Valentim propõem uma reflexão sobre alguns pontos de marcante influência da indústria cultural nas escolas e, conseqüentemente, nas atitudes das crianças que promovem, ao mesmo tempo, a massificação e a individualização das mentes e das experiências vividas. Com isso, criam-se necessidades que, por meio de apelos visuais, efeitos especiais e publicidade, seduzem e despertam o desejo de consumo.

Em *Arte, Indústria Cultural e Educação*, Luci Mara Bertoni destaca a mudança de valores e de práticas sócio-culturais entre os indivíduos, que são reforçadas pela mídia. Na área educacional são focalizadas as mudanças ocorridas no currículo escolar quanto à atual disciplina Educação Artística. Descaracterizadas, as Artes, especialmente a música, transformam-se em um meio para os jovens tornarem-se “iguais”, sem perceberem que estão sendo colocados à margem de sua própria cultura.

Finalmente, Carlos Eduardo S. Motta, em *Indústria Cultural e o sistema apostilado: A lógica do capitalismo*, coloca em questão a fragmentação do conhecimento reforçada nas escolas pelo sistema apostilado. Em nome da racionalidade e da modernização, o critério predominante passa a ser a “utilidade” direcionada quase exclusivamente para os vestibulares.

LEDA APARECIDA PEDROSO